

Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã.

Covilhã, Paços do Município, 09 de fevereiro de 2018.

Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Presidente da Câmara Municipal

TORNA PÚBLICO, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, em conjugação com o disposto no n.º 3 do artigo 49.º, ambas as disposições legais constantes do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que, por conveniência dos serviços, as **reuniões ordinárias da Câmara Municipal da Covilhã**, de caráter privado e público, agendadas para o dia **02 e 16 de março**, terão lugar nas seguintes datas:

REGULAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Nota Justificativa

Data	Lugar	Horário
09.03.2018	Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho	9:30 Horas
23.03.2018	Auditório Municipal da Covilhã	9:00 Horas

Com a entrada em vigor da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, é estabelecida uma nova moldura legal de enquadramento institucional e operacional no âmbito da Proteção Civil Municipal. Conforme o artigo 9.º, este diploma impôs aos municípios a criação de um Serviço Municipal de Proteção Civil, ao qual cabe desenvolver atividades de planeamento de operações, prevenção, segurança, e informação pública, tendentes a prevenir riscos coletivos inerentes à situação de acidente grave ou catástrofe, de origem natural e/ou tecnológica, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo, quando aquelas situações ocorram.

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos e do costume.

E eu, Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral, o subscrevo.

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico foram estabelecidos e aprovados pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação. Refere o seu artigo 23.º que os municípios dispõem de atribuições em vários domínios, sendo que a alínea j) do nº2 do artigo 23.º prevê como atribuição dos Municípios, a Proteção Civil.

Paços do Concelho da Covilhã, em 26 de fevereiro de 2018

O Presidente,
Vítor Manuel Pinheiro Pereira

Neste quadro jurídico, o presente regulamento pretende regular o Serviço de Proteção Civil previsto no Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais do Município da Covilhã, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 6 — 9 de janeiro de 2013, constante da alínea d) do artigo 20.º, consubstanciando tratar-se de uma unidade orgânica flexível dependente diretamente do presidente da câmara, cujas atribuições se encontram vertidas no artigo 25.º do referido regulamento municipal:

- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SERVIÇO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL

AVISO

O MUNICÍPIO DA COVILHÃ convida à apresentação de candidaturas para negociação da locação do estabelecimento **“Bar do Miradouro da Rua Marquês d’Ávila e Bolama”**.

“O Serviço de Proteção Civil tem por atribuições:

As candidaturas devem ser apresentadas até às **17.30 horas** do dia **14 de março de 2018** e dirigidas à Câmara Municipal da Covilhã – Serviço de Património Municipal, 6200 – 151 Covilhã, contendo os seguintes elementos:

1. Prova documental de experiência e participação no setor da restauração e bebidas (curriculum vitae);
2. Valor mensal proposto;
3. Outros aspetos considerados relevantes.

a) Colaborar na execução de medidas que visem a prevenção e o apoio e socorro das populações em casos de acidentes graves, catástrofes ou calamidades;

b) Colaborar com os diversos órgãos de Proteção Civil Municipal e Nacional no estudo e preparação de planos de defesa e socorro das populações em caso de emergência, bem como nos testes à capacidade de execução e avaliação dos mesmos;

As condições gerais das locações encontram-se patentes no Serviço de Património Municipal da Câmara Municipal da Covilhã, onde podem ser consultadas durante o horário normal de expediente.

c) Colaborar na organização de planos de emergência e proteção civil em colaboração com as Juntas de Freguesia e outros Municípios, com a finalidade de assegurar a eficácia de intervenção em caso de emergência ou sinistro em áreas bem determinadas, expostas a níveis elevados de risco;

d) Exercer as demais competências legais em matéria de

proteção civil.”

Em suma, o Serviço Municipal de Proteção Civil tem como objetivo o cumprimento dos planos e programas estabelecidos, e a coordenação das atividades a desenvolver nos domínios da proteção civil, envolvendo diversos agentes e meios espalhados pelo território municipal, e articula sob coordenação do Vereador da Proteção Civil, definindo estrategicamente os níveis de intervenção dos meios logísticos e operacionais, dos intervenientes da proteção civil municipal.

Consciente do papel de destaque que se encontra reservado à Proteção Civil ao nível do bem-estar das populações e estando por realizar há vários anos a adaptação da nova legislação às efetivas necessidades do Município da Covilhã, se procede à elaboração do Regulamento Municipal de Proteção Civil, de forma a definir as competências do Serviço Municipal de Proteção Civil, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Artigo 1º

Lei Habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no n.º 7, do artigo 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa; dos artigos 35.º e 41.º a 43.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, atualizada pela Retificação n.º 46/2006, de 7 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto; da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, das alíneas g) e m) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Artigo 2º

Objeto

O presente Regulamento estabelece e define o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no Município da Covilhã, de modo complementar à Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, retificada pela Retificação n.º 46/2006, de 7 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto.

Artigo 3º

Âmbito

A Proteção Civil no Município da Covilhã compreende as atividades desenvolvidas pela autarquia local e pelos cidadãos, bem como por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos, e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

A Proteção Civil Municipal é uma estrutura que tem como objetivo a coordenação e execução de ações no âmbito da proteção civil ao nível municipal, integrando-se nas estruturas distritais e nacionais, sendo operacionalizada a sua atuação através do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Artigo 4º

Princípios da Proteção Civil Municipal

Sem prejuízo do disposto na lei, a Proteção Civil no Município da Covilhã é orientada, na sua atividade, pelos seguintes princípios:

O princípio da prioridade, nos termos do qual deve ser dada prevalência à prossecução do interesse público relativo à Proteção Civil, sem prejuízo da segurança e da saúde pública, sempre que estejam em causa ponderações de interesses, entre si conflitantes;

O princípio da prevenção, por força do qual, no território Municipal, os riscos coletivos de acidente grave, de catástrofe ou calamidade, devem ser considerados de forma antecipada, de modo a eliminar as próprias causas e ou reduzir as suas consequências, quando tal não seja possível;

O princípio da precaução, de acordo com o qual devem ser adotadas as medidas de diminuição do risco de acidente grave ou catástrofe, inerente a cada atividade, associando a presunção de imputação de eventuais danos à mera violação daquele dever de cuidado;

O princípio da subsidiariedade, que determina que o subsistema de Proteção Civil de nível superior só deve intervir se e na medida em que os objetivos da Proteção Civil não possam ser alcançados pelo subsistema de Proteção Civil Municipal, atenta a dimensão e a gravidade dos efeitos das ocorrências;

O princípio da cooperação, que assenta no reconhecimento de que a Proteção Civil constitui atribuição não só do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, mas um dever dos cidadãos e de todas as entidades públicas e privadas;

O princípio da coordenação, que exprime a necessidade de articular a Política Municipal de Proteção Civil com a Política Nacional, Regional e Distrital;

O princípio da unidade de comando, que determina que todos os agentes atuem, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional;

O princípio da informação, que traduz o dever de assegurar a divulgação das informações relevantes em matéria de Proteção Civil, com vista à prossecução dos objetivos previstos na Lei de Bases de Proteção Civil, Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua atual redação, e na Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na sua atual redação.

Artigo 5º

Objetivos

São objetivos fundamentais da proteção civil municipal:

Prevenir na área do município os riscos coletivos de acidentes graves ou catástrofes deles resultantes;

Atenuar na área do município os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências descritas no número anterior;

Socorrer e assistir, na área do município, as pessoas e outros seres vivos em perigo, assim como, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;

Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas do município afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Artigo 6º

Domínio de Atuação

A atividade da Proteção Civil Municipal exerce-se nos seguintes domínios:

Levantamento, previsão, avaliação, e prevenção dos riscos coletivos do Município;
Análise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco;
Informação e formação das populações do município, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades;
Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento, e abastecimento das populações presentes no município;
Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal;
Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos, e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais existentes na área do município;
Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos no território municipal.

Artigo 7º

Enquadramento Institucional

Enquadram a Proteção Civil Municipal com as composições e competências, adiante definidas os seguintes órgãos e serviços:
Presidente da Câmara Municipal.
Comissão Municipal de Proteção Civil.
Coordenador Municipal de Proteção Civil.
Câmara Municipal.
Juntas de Freguesia;
O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Artigo 8º

Sede

O Serviço Municipal de Proteção Civil têm a sua sede na Divisão dos Serviços Operativos sítos em Antiga Central Elétrica, Sítio da Corredoura, em Covilhã.

Artigo 9º

Organização

A Proteção Civil Municipal é dirigida pelo Presidente da Câmara Municipal, ou pelo Vereador com a delegação dessa competência, em articulação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil e restantes agentes de proteção civil, nos termos da lei em vigor.

CAPÍTULO II

Autoridade Municipal de Proteção Civil

Artigo 10º

Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da Câmara Municipal da Covilhã é a autoridade municipal de proteção civil.

Artigo 11º

Competências da Autoridade Municipal de Proteção Civil
Compete à Autoridade Municipal de Proteção Civil dirigir as atividades a desenvolver no âmbito da proteção civil, cabendo-lhe designadamente:
Dirigir de forma efetiva e permanente o Serviço Municipal de

Proteção Civil da Covilhã (SMPC), garantindo-lhe os meios necessários ao seu funcionamento;
Convocar e presidir às reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);
Preparar e submeter à aprovação da Câmara Municipal os respetivos planos anuais, plurianuais, estratégicos, operacionais ou outros quaisquer de atividades de proteção civil, incluindo as respetivas previsões orçamentais;
Homologar e superintender à elaboração dos Planos Estratégicos, Operacionais Municipais, e outros quaisquer de atividades de proteção civil, responsabilizando-se pela sua preparação, condução, monitorização e treino periódico dos respetivos intervenientes;
Promover o cumprimento da legislação de segurança relativa aos vários riscos inventariados, oficiando para o efeito os órgãos competentes;
Promover a execução das ações decorrentes dos acordos de cooperação estabelecidos;
Promover reuniões periódicas da Comissão Municipal de Proteção Civil, sempre que necessário, e no mínimo duas vezes por ano;
Promover campanhas de divulgação pública sobre medidas preventivas, em colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil ou outras de âmbito nacional ou regional de interesse reconhecido para a missão de proteção civil;
Manter os principais agentes de proteção civil informados das atividades preparatórias para as emergências e da gestão das mesmas quando ocorrerem;
Propor à Câmara Municipal as necessárias adaptações do respetivo mapa de pessoal adstrito ao SMPC, para cumprimento das missões definidas nos planos aprovados;
Desencadear, por sua iniciativa, sempre que se preveja a ocorrência de catástrofes as medidas apropriadas de acordo com os planos e programas estabelecidos, recorrendo ao apoio e, se necessário à intervenção do escalão superior caso se manifestem insuficientes ou inadequados os meios disponíveis a nível local;
Promover a avaliação imediata dos estragos e danos sofridos, após a ocorrência de catástrofes, com vista à reposição da normalidade da vida das áreas afetadas, solicitando o apoio dos escalões superiores, quando as capacidades locais se revelarem insuficientes;
Elaborar relatórios regulares das atividades do SMPC;
Promover o voluntariado de proteção civil.

CAPÍTULO III

Comissão Municipal de Proteção Civil

Artigo 12º

Finalidade

A Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) é o organismo que assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

Artigo 13º

Constituição

Integram a Comissão Municipal de Proteção Civil as seguintes entidades:

Presidente da Câmara Municipal da Covilhã ou Vereador com o Pelouro da Proteção Civil;
Comandante do Corpo de Bombeiros da Covilhã ou outro elemento com delegação prévia do Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã;
Representante da Polícia de Segurança Pública;
Representante da Guarda Nacional Republicana;
Representante das Juntas de Freguesias do Concelho eleito, para o efeito, na Assembleia Municipal;
Delegado de Saúde do Concelho da Covilhã;
Representante do Centro Hospital Pêro da Covilhã;
Representante do Centro de Saúde da Covilhã;
Representante dos Serviços da Segurança Social e Solidariedade;
Representante das Infraestruturas de Portugal (Centro de Limpeza da Neve);
Representante da EDP;
Representante da ADC – Águas da Covilhã, EM;
Representante das entidades distribuidoras de gás canalizado;
Representante dos agrupamentos das escolas do Concelho;
Representante das IPSS do Concelho;
Representante da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Covilhã.

Contudo, dependendo da gravidade e da tipicidade da ocorrência, poderão ser chamados a integrar, permanentemente, a CMPC, representantes de outras entidades como a PT, a REN, a Direção Regional de Agricultura e Pescas – Centro (DRAPC), o INAG, entre outras.

Artigo 14º **Competências**

As competências da Comissão Municipal de Proteção Civil são as seguintes:

Solicitar a realização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Covilhã (PMEPCC), acompanhar a sua execução, e remetê-lo para aprovação, pela Comissão Nacional de Proteção Civil;
Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;
Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;
Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

Artigo 15º **Funcionamento da Comissão**

A Comissão funciona em plenário.

Artigo 16º **Periodicidade das reuniões**

A Comissão reúne em sessão ordinária duas vezes por ano e extraordinariamente, sempre que o presidente da Comissão assim entenda necessário.

A Comissão pode reunir extraordinariamente a pedido de um terço dos seus membros, devendo, neste caso, o respetivo

requerimento conter a indicação do assunto que se deseje ver tratado.

As reuniões são coordenadas por uma mesa, constituída pelo presidente da Comissão e por um primeiro e segundo secretários a eleger pelo plenário de entre os seus membros presentes.

Artigo 17º **Convocação das reuniões ordinárias**

As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente da Comissão, ou pelo Vereador com a delegação dessa competência, mediante comunicação escrita, com a antecedência mínima de 7 dias seguidos, constando da respetiva convocatória o dia, hora e local em que esta se realizará e ordem de trabalhos.

Quaisquer alterações ao dia, hora e local fixados para as reuniões serão comunicadas a todos os membros da Comissão.

Artigo 18º **Convocatória das reuniões extraordinárias**

As reuniões extraordinárias são convocadas pelo Presidente da Comissão, ou pelo Vereador com a delegação dessa competência, por qualquer meio que garanta o seu conhecimento seguro e oportuno, ficando dispensado do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 19º **Ordem de Trabalhos**

Cada reunião terá uma ordem de trabalhos estabelecida pelo Presidente da Comissão, ou pelo Vereador com a delegação dessa competência.

Devem ser incluídos na ordem de trabalhos, os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro da Comissão, desde que se incluam na respetiva competência e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de três dias seguidos antes a data da reunião.

Antes do início da ordem de trabalhos, haverá um período não superior a trinta minutos, destinado a tratar de assuntos de índole informativa e/ou de esclarecimento ou recomendação ao plenário.

Artigo 20º **Deliberações e Quórum**

A Comissão delibera com a presença da maioria dos seus membros permanentes, exceto se for convocada com carácter de urgência, caso em que basta estar presente um terço dos seus membros permanentes.

Não se verificando à hora marcada o quórum previsto no número anterior, a reunião inicia-se trinta minutos depois, desde que esteja presente um terço dos seus membros permanentes.

As deliberações são tomadas por votação nominal e por maioria simples dos votos presentes, excluindo as abstenções. O Presidente da Comissão, ou pelo Vereador com a delegação dessa competência, que presida à reunião, tem voto de qualidade.

Artigo 21º **Atas das reuniões**

De cada reunião será lavrada ata, na qual se registará o resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente

a data e local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações.

As atas são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da reunião seguinte.

As atas serão elaboradas por pessoa a designar por quem preside à reunião, que após a sua aprovação, as assinará conjuntamente com o Presidente da Comissão.

Qualquer membro ausente na reunião de aprovação de uma ata, de onde constem ou se omitam tomadas de posições suas, pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto.

A Comissão pode deliberar que a ata ou qualquer das suas deliberações sejam aprovadas em minuta, caso em que estas são eficazes após a assinatura da respetiva minuta, por quem presidiu e secretariou a reunião, independentemente da ulterior aprovação da ata.

CAPÍTULO IV

Coordenador Municipal da Proteção Civil

Artigo 22º

Competências

O Coordenador Municipal da Proteção tem as seguintes competências:

Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;

Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista a articulação de meios face a cenários previsíveis;

Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito operacional, com o Comandante do Corpo de Bombeiros da Covilhã;

Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no município;

Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;

Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no Plano Municipal de Emergência, bem como quando a dimensão do sinistro assim o exija;

Assumir a coordenação e funcionar como agente facilitador entre todas as entidades envolvidas nas operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no Plano Municipal de Emergência.

Sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do Presidente da Câmara Municipal, o Coordenador Municipal da Proteção Civil mantém permanente ligação de articulação operacional com o Comandante Operacional Distrital.

CAPÍTULO V

Autarquias locais

Artigo 23º

Câmara Municipal

Compete a Câmara Municipal, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, a elaboração do Plano Municipal de Emergência para posterior aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil.

Artigo 24º

Juntas de Freguesia

As Juntas de Freguesia, têm o dever de colaborar com a Proteção Civil Municipal, prestando toda a ajuda que lhes for solicitada, no âmbito das suas competências, próprias ou delegadas.

Compete especialmente ao Presidente da Junta de Freguesia colaborar com outras entidades no domínio da proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos e programas estabelecidos, designadamente em operações de socorro e assistência em situações de alerta, contingência e calamidade pública.

CAPÍTULO VI

Serviço Municipal de Proteção Civil

Artigo 25º

Competências

Compete ao SMPC assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal.

No âmbito dos seus poderes de planeamento e operações, dispõe o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) das seguintes competências, nos termos da lei em vigor:

Acompanhar a elaboração e atualização do Plano Municipal de Emergência;

Acompanhar a elaboração e atualização do Plano Especial (PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios);

Acompanhar a elaboração e atualização do Plano Especial (POM - Plano Operacional Municipal);

Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC; Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no Concelho da Covilhã, com interesse para o SMPC;

Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;

Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às respetivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das ações empreendidas em cada caso;

Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência;

Reunir previamente com organizações privadas ou públicas a quando do desenvolvimento de ações de natureza desportiva, cultural ou recreativa, por forma a informar e preparar levantamentos de riscos associados e a execução de ações mitigatórias;

Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situação de emergência;

Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;

Elaborar planos de coordenação de âmbito municipal cuja missão é contribuir para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;

i) As organizações dos eventos, com expectativa de participação igual ou superior a 1 000 pessoas, conjuntamente com o SMPC, terão de apresentar o respetivo plano a quando da obtenção do licenciamento do evento;

Formar os voluntários das Unidades Locais de Proteção Civil;
Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.

Nos domínios da prevenção e segurança, o SMPC é competente para:

Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;

Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;

Elaborar projetos de regulamentação de prevenção e segurança;

Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;

Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;

Fomentar, organizar e superintender o voluntariado em proteção civil;

Desenvolver através da Comissão Municipal de Proteção Civil a criação de Unidades Locais de Proteção Civil que sejam aprovadas em sede de Comissão;

Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que entenda mais adequadas.

No que se refere à matéria da informação pública, o SMPC dispõe dos seguintes poderes:

Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil;

Divulgar a missão e estrutura da Proteção Civil Municipal;

Recolher a informação pública emanada das comissões que integram a Proteção Civil Municipal, destinada à divulgação pública relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;

Promover e incentivar ações de divulgação sobre proteção civil junto dos municípios com vista à adoção de medidas de autoproteção;

Desenvolver ações de formação para os municípios e agentes de proteção civil no âmbito da saúde e proteção civil;

Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação;

Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do presidente da câmara municipal ou vereador com competências delegadas;

Promover o voluntariado de proteção civil.

CAPÍTULO VII Atividade de Proteção Civil

Artigo 26º Plano Municipal de Emergência

O Plano Municipal de Emergência (PME) é elaborado em conformidade com a legislação de Proteção Civil, bem como com as diretivas emanadas pela Comissão Municipal de Proteção Civil e da ANPC, designadamente:

A tipificação dos riscos;

As medidas de prevenção a adotar;

Identificação dos meios e recursos mobilizáveis em situação de acidente grave ou catástrofe.

A definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços, e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da Proteção Civil Municipal;

Os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos públicos e privados utilizáveis;

A estrutura operacional que garante a unidade de direção e o controlo permanente da situação.

Os Planos de Emergência devem ser sujeitos a uma atualização periódica e deve ser objeto de exercícios frequentes com vista a testar a sua operacionalidade.

Todos os agentes de Proteção Civil devem participar na elaboração e na execução do Plano Municipal de Emergência e de todos os Planos Especiais que existam no Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

O plano municipal de emergência inclui obrigatoriamente uma carta de risco e um plano prévio de intervenção de cada tipo de risco existente no município, decorrendo a escala de risco e o detalhe do plano prévio de intervenção da natureza do fenómeno e devendo ser adequado às suas frequência e magnitude, bem como à gravidade e extensão dos seus efeitos previsíveis.

Para além do plano municipal de emergência, podem ser elaborados planos especiais sobre riscos específicos, destinados a servir finalidades específicas.

No caso de áreas homogêneas prolongadas pelo território de mais de um município contíguo, podem ser elaborados planos especiais supramunicipais.

Sempre que se justifique, podem ser elaborados planos especiais sobre riscos específicos, designadamente relativos a inundações, incêndios de diferente natureza, acidentes biológicos ou químicos, movimentações em massa ou sismos.

Artigo 27º

Operações de Proteção Civil

Em situações de acidente grave, catástrofe, ou calamidade, e no caso de perigo de ocorrência destes fenómenos, são desencadeadas Operações Municipais de Proteção Civil, de harmonia com o Plano Municipal de Emergência, previamente elaborado, com vista a possibilitar a unidade de direção das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar, e a adequação das medidas de caráter excecional a adotar.

Artigo 28º

Defesa de Floresta Contra Incêndios

No Município da Covilhã existe uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI), sendo a sua composição e competências reguladas pelo disposto em diplomas e regulamento próprio.

CAPÍTULO VIII Disposições finais

Artigo 29º

Coordenação e colaboração institucional

Em termos de coordenação e colaboração institucional fica

definido:

Os diversos organismos e serviços que integram a Proteção Civil Municipal devem estabelecer entre si relações de colaboração institucional, no sentido de aumentar a eficácia e efetividade das medidas tomadas;

A articulação/colaboração não deve pôr em causa a responsabilidade última do Presidente da Câmara Municipal, devendo ser articuladas com as competências que, nesta matéria, cabem à Comissão Municipal de Proteção Civil;

A coordenação institucional é assegurada, a nível Municipal, pela Comissão Municipal de Proteção Civil, que integra representantes das entidades cuja intervenção se justifica em função de cada ocorrência em concreto;

No âmbito da coordenação institucional, a Comissão Municipal de Proteção Civil é responsável pela gestão da participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear.

Artigo 30º

Dever de informação

Todos os serviços e organismos que obtenham informações, diretamente ou por comunicação de terceiros, sobre elementos

considerados fundamentais para o efeito de tomada de medidas de proteção civil, devem transmitir tais informações, no mais curto intervalo de tempo possível, à Comissão Municipal de Proteção Civil.

Artigo 31º

Dever de Disponibilidade

O serviço prestado no Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) é de total disponibilidade, pelo que o pessoal que nele exerce funções não pode, salvo motivo excecional devidamente justificado, deixar de comparecer ou permanecer no serviço em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, sob pena de incorrer em responsabilidade disciplinar.

Artigo 32º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no Boletim Municipal da autarquia.

Covilhã, 23 de fevereiro de 2018.

- DIVISÕES DE LICENCIAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

Publicidade das deliberações - Artigo 56º do RJAL (regime jurídico das autarquias locais), aprovado e publicado em Anexo pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Deliberação			Requerimento		Processo	Requerente Principal/ Residência	Local da Obra/Descrição	Resumo da Informação
Data	Tipo	Resultado	Número	Data	Número			
2018/02/26	DES	DEFERIDO	122/18	2018/01/10	111/17	A. CAMOLINO, LDA QUINTA DA VÁRZEA COVILHÃ E CANHOSO	ESTRADA DA VÁRZEA, EIXO TCT, COVILHÃ APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS COVILHÃ E CANHOSO	Pedido de licenciamento com alteração de autorização de utilização de obras de alteração de fachada de edifício fabril com alteração de uso de indústria para comércio e serviços.
2018/02/26	DES	DEFERIDO	151/18	2018/01/11	260/16	DIOCESE DA GUARDA GUARDA	PENHAS DA SAÚDE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA CANTAR-GALO E VILA DO CARVALHO	Atribuição de número de polícia.
2018/02/26	DES	DEFERIDO	1550/17	2017/03/27	33627	JOSÉ ALBERTO NEPOMUCENO CARMO E SOUSA RUA DA BARBACAN, 20 - 1º E S. MARTINHO COVILHÃ E CANHOSO	ESTRADA NACIONAL 230 - S. MARTINHO PEDIDO DE AGENDAMENTO DE REUNIÃO COM O SENHOR VEREADOR JOAQUIM MATIAS COVILHÃ E CANHOSO	Atribuição do número de polícia.
2018/02/26	DES	DEFERIDO	19/18	2018/01/03	97/16	MARIA DE LURDES RAMOS LOURENÇO A/C MARIA MANUELA PEREIRA ANTÃO - BAIRRO DOS TORGAIS SÃO JORGE DA BEIRA	RUA DOS CABECINHOS EMISSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO SÃO JORGE DA BEIRA	Realização de vistoria.
2018/02/26	DES	DEFERIDO	275/18	2018/01/17	250/16	MANUEL FILIPE BRÁS ANTUNES RUA DR CARLOS COELHO N.º 13	RIBEIRO DE LINHARES ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA FERRO	Dispensa de atribuição de numero de polícia.
2018/03/01	DES	DEFERIDO	286/18	2018/01/18	97/16	MARIA DE LURDES RAMOS LOURENÇO A/C MARIA MANUELA PEREIRA ANTÃO - BAIRRO DOS TORGAIS SÃO JORGE DA BEIRA	RUA DOS CABECINHOS ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA SÃO JORGE DA BEIRA	Atribuição do número de polícia.
2018/02/26	DES	DEFERIDO	534/18	2018/01/29	40/17	METAPHORVALVE UPIPESSOAL, LDA AVENIDA DA ANIL N.º 7- 1º PISO LOJA 11 COVILHÃ E CANHOSO	QUINTA DAS DONAS E ESPERTIM, LOTE 9 DIREÇÃO DE OBRA E FISCALIZAÇÃO TORTOSENDO	Pedido de averbamento de substituição do diretor de obra e diretor de fiscalização.